

Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional

*António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado
e João Ferreira de Almeida*

Introdução

Como é que as estruturas sociais europeias se estão a reconfigurar, no actual contexto de globalização e sociedade do conhecimento?

Um dos domínios fundamentais da investigação sociológica tem sido, precisamente, o das transformações nas estruturas sociais. Pretende-se com o presente estudo dar alguns contributos para a actualização do conhecimento nesse domínio, concretamente em relação ao espaço europeu. A hipótese geral que orienta esta abordagem é a de que as análises de classes, longe de se terem tornado inúteis ou ultrapassadas no referido contexto de globalização e sociedade do conhecimento, podem contribuir para revelar, caracterizar e explicar aspectos decisivos dos processos contemporâneos de mudança estrutural.

Porém, antes de entrar na análise concreta, é necessário apresentar alguns breves esclarecimentos preliminares de carácter teórico, conceptual e operativo. É o que se faz nos primeiros pontos deste capítulo. Nos pontos seguintes, que condensam os resultados principais desta investigação, apresenta-se uma análise dos *agregados transnacionais de classes* (*transnational class clusters*) e dos *recursos educativos das classes* (*class educational assets*) na Europa actual. A conclusão retoma de maneira integrada estas análises substantivas e a pertinência da hipótese de partida sobre a actualidade das análises estruturais de classes.

Processos de globalização e sociedade do conhecimento

Os conceitos de *globalização* e *sociedade do conhecimento* têm hoje uma presença paradoxal na análise sociológica. Por um lado, são conceitos utilizados de maneira recorrente, a propósito dos mais variados assuntos. Isso passa-se, aliás, não só na sociologia mas também nas outras ciências sociais e, em geral, no discurso erudito, técnico, político e mediático. Por outro lado, na análise

sociológica estes conceitos são objecto sistemático de distanciamento crítico e controvérsia teórica. Tudo se passa como se não houvesse maneira de lhes fugir mas, ao mesmo tempo, o recurso a eles fosse sentido como intelectualmente desconfortável. Em todo o caso, necessitam certamente de clarificação.

A utilização do conceito de globalização generalizou-se nas ciências sociais a partir do início dos anos 90 do século passado. Alguns autores vêem a globalização como consistindo, sobretudo, numa estratégia económica de grandes empresas capitalistas multinacionais, em busca da expansão dos mercados e da internacionalização da produção, estratégia essa apoiada por estados poderosos, nomeadamente os EUA, e por organizações internacionais como o a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Essa é a concepção que se encontra também, por exemplo, em Manuel Castells (1996), autor que para outros aspectos dos processos sociais contemporâneos de larga escala propõe outros conceitos, o mais conhecido dos quais é o de *sociedade em rede* (*the network society*).

Os economistas também tendem a encarar o conceito de globalização desta maneira, mesmo quando abordam o processo num registo crítico, como o de Stiglitz (2002 e 2006) ao apelar à constituição ou ao reforço de instâncias de governação internacional da globalização económica, de modo a tornar os seus mecanismos e efeitos mais equilibrados e justos. Em diversas instâncias, aliás, se tem ido no mesmo sentido, como é nomeadamente o caso da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005).

Autores como Giddens (1990), Robertson (1992), Waters (1995), Appadurai (1996), Beck (2000) e outros, cujas obras contribuíram de maneira decisiva para a difusão desse conceito no vocabulário e nas perspectivas analíticas das ciências sociais, preferem falar de *processos de globalização* e integrar neles vertentes não só económicas mas também ambientais, culturais, comunicacionais, políticas e militares. No cerne do significado do conceito de globalização colocam o alargamento e intensificação das relações sociais à escala mundial, verificados de maneira drástica nas últimas décadas, em múltiplas dimensões e segundo regimes de interdependência largamente acrescida.

De acordo com estas concepções, e apesar das diferenças nas teorizações dos diversos autores, reconfigurações da esfera económica como as atrás assinaladas fazem parte dos processos de globalização, mas estes não se resumem àquelas. As outras dimensões dos processos de globalização têm dinâmicas próprias e importância específica. Podem apresentar, mesmo, tendências desfasadas ou aspectos contraditórios entre si. Na análise da sociedade actual, é decisivo debruçarmo-nos sobre as combinatórias que vão ocorrendo entre essas diversas dimensões e dinâmicas.

As novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), com o seu desenvolvimento acelerado e incorporação vertiginosa na actividade económica e na vida quotidiana, assim como, em geral, a intensificação da inovação tecnológica e organizacional a partir de conhecimentos de base científica, são

consideradas também fontes cruciais da mudança social contemporânea. Em simultâneo, o processo de alargamento e prolongamento da escolarização, de acréscimo rápido das qualificações formais das populações e de incorporação desse trabalho qualificado na actividade económica e social, processo esse verificado de forma muito intensificada nas décadas mais recentes, tem sido igualmente considerado uma das molas decisivas da mudança social actual. É no essencial para dar conta destes dois conjuntos de processos que têm sido usadas as expressões *sociedade da informação* e *sociedade do conhecimento*.

Também acerca destes conceitos a controvérsia é grande nas ciências sociais. Um balanço já clássico sobre os principais entendimentos de *sociedade da informação* encontra-se em Lyon (1988). Pelo seu lado, Castells (1996) prefere falar de *era da informação* e *modo de desenvolvimento informacional*. Obras sociológicas como as de Touraine (1969) ou Bell (1973) tinham abordado, de maneiras muito diversas, o advento do que designaram por *sociedade pós-industrial*. Nelas estava já inscrita a problemática do que se viria a chamar *sociedade do conhecimento*, tematizada explicitamente segundo versões igualmente bastante variadas, como as de Drucker (1993) ou Stehr (1994).

Algumas obras de referência, recorrendo a diferentes terminologias, focam em especial determinados protagonistas centrais dos processos que caracterizam a sociedade do conhecimento. É o caso dos *peritos* em Giddens (1990), dos *analistas simbólicos* em Reich (1991) ou da *classe criativa* em Florida (2002). Aproximamo-nos, assim, das análises de classes sociais.

Tomando em conta os significados nucleares inscritos nestas diversas abordagens, é possível fazer um balanço: no essencial, o conceito de sociedade do conhecimento remete para a presença profundamente estruturante e largamente abrangente, na sociedade contemporânea, de conhecimentos formalizados e codificados, desenvolvidos por peritos em instituições especializadas, através de procedimentos de elevado grau de elaboração. Estes conhecimentos constituem, hoje, um elemento central da organização da sociedade e dos processos de mudança social.

Níveis de análise nacional e transnacional

Os processos sociais contemporâneos acima referidos ocorrem em grande medida a escalas transnacionais. Os processos de globalização são um exemplo evidente. Os processos de integração europeia são outro. Aliás, globalização e integração europeia são processos específicos, que não se determinam rigidamente entre si, mas que se têm vindo a influenciar reciprocamente de diversas maneiras. Ambos têm repercussão decisiva, hoje, na configuração e transformação da sociedade portuguesa.

Isto não quer dizer, de modo algum, que as sociedades nacionais e os estados-nação, com as suas particularidades estruturais, institucionais e culturais, não continuem a ter uma enorme importância. Mas essa persistência, a

diversos níveis e em variadíssimos aspectos, não permite ignorar até que ponto o centro de gravidade das estruturas sociais e dos processos de mudança se situa actualmente, numa larga medida, em âmbitos transnacionais.

Em todo o caso, a proclamação de que as sociedades e os estados nacionais se teriam esfumado no ar, parece bastante prematura. As insistências de certos autores numa suposta “desagregação das sociedades” (Touraine, 2005), mais postulada do que verificada, ou na necessidade de superação de um “nacionalismo metodológico” (Beck, 2000) que, na verdade, praticamente ninguém hoje subscreve na sociologia, parecem decorrer mais de um pendor retórico algo exagerado do que de elaborações teóricas consistentes e corroborações empíricas sustentadas.

De forma mais precisa, a compreensão de muitos fenómenos sociais contemporâneos requer uma análise sociológica que articule os dois níveis de análise, nacional e transnacional. É o que se pretende fazer neste capítulo, a respeito de estruturas sociais e perfis educacionais no quadro europeu actual.

Importa ainda salientar, nestas anotações preliminares, que desenvolver uma análise sociológica transnacional não significa apenas proceder a comparações internacionais. Essas comparações são esclarecedoras, sem dúvida, permitindo relativizar o significado das características de cada país e colocar hipóteses explicativas baseadas no confronto sistemático de semelhanças e diferenças entre eles. Mas há algo mais.

Hoje em dia, a constituição da sociedade dá-se também, em larga medida, directamente a escalas transnacionais. Quer isto dizer que, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista metodológico, algumas das unidades de análise sociológica pertinentes precisam de ser redefinidas como de âmbito especificamente transnacional. Coloca-se então à investigação sociológica uma nova interrogação: como delimitar essas unidades de análise transnacionais?

Para o estudo de um conjunto diversificado de fenómenos, a delimitação pertinente sobrepõe-se às contiguidades geográficas e/ou às fronteiras institucionais, como, por exemplo, as dos países ou as da União Europeia. Mas essas delimitações são, à partida, mais pertinentes para fenómenos de índole institucional ou cultural (e nem sempre é o caso) do que de carácter socioestrutural.

Quer isto dizer que, na análise das estruturas sociais que se estão actualmente a formar no contexto europeu, mais do que assumir unidades transnacionais definidas de maneira apriorística importa tomar a própria delimitação dessas unidades transnacionais como objecto de investigação.

Análise de classes

Constituirá a análise de classes uma ferramenta útil para a investigação sociológica da sociedade contemporânea, num contexto de globalização e de sociedade do conhecimento?

Como é sabido, a sociologia tem sido permanentemente palco de debates e controvérsias sobre classes sociais. Encontram-se nela, desde as obras precursoras e fundadoras, diferentes perspectivas teóricas e diversas modalidades de investigação empírica.

Os problemas das relações entre estrutura, consciência e acção (os *structure-consciousness-action [SCA] problems*) (Pahl, 1989; Crompton, 1998) são endémicos neste domínio. Os focos analíticos têm sido variáveis, consoante os investigadores, centrando-se uns mais nos lugares de classe, outros nos conflitos de classe, outros nas práticas quotidianas e nos estilos de vida e suas relações com as classes sociais, outros nas origens e nas trajectórias de classe, outros nas disposições, identidades e ideologias de classe, etc. Pelo seu lado, as tipologias de classes ou lugares de classe utilizadas na análise teórica e empírica têm sido também variadas e alternativas, sendo com frequência apenas parcialmente comparáveis entre si.

As teses do “fim das classes” vão reaparecendo de tempos a tempos: como desejo e previsão, em Marx; como suposta concretização, tanto nas teses apologéticas do “socialismo real” ou do “capitalismo de classe média” como nas teses apocalípticas da teoria crítica frankfurtiana, em meados do século XX; como pretenso acontecimento recente, nos teóricos do pós-modernismo dos finais do século XX. É claro que cada novo surto da tese infirma por si só as versões anteriores: se já antes tivessem desaparecido, não estariam de novo a iniciar o seu desaparecimento.

Hoje, a agenda da sociologia das classes sociais é marcada por alguns tópicos principais: a) *o crescimento das desigualdades sociais*, nos factos e nas percepções, o que, aliás, tornou mais difícil a aceitação da ideia do “fim das classes” (Chauvel, 2004 e 2006); b) *a intersecção das desigualdades*, de classe, género, etnicidade, educativas, territoriais, identitárias, etc. (Devine e outros, 2005); c) *as relações entre classes e cidadania*, envolvendo questões relativas ao estado de direito e ao estado social, à democracia e ao conflito (Giddens e Diamond, 2005); d) *as classes a nível transnacional*.

É precisamente no âmbito deste último tópico que a presente análise se situa. Ela faz parte de um programa de investigação sobre classes sociais desenvolvido desde há muito pelos autores.¹ Este programa tem-se traduzido em diversos projectos de investigação e publicações; tem envolvido vários outros investigadores e estudantes; tem recorrido a métodos extensivos (análises de fontes estatísticas, inquéritos por questionário) e a métodos intensivos (estudos de caso); tem vindo a elaborar e testar uma tipologia classificatória de lugares de classe, a tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

1 Alguns dos pontos de referência neste percurso encontram-se em Almeida (1986), Costa (1987), Almeida, Costa e Machado (1988 e 1994), Machado e Costa (1998), Costa (1999), Machado (2002), Machado e outros (2003). Numa abordagem já decididamente de carácter transnacional, podem referir-se Costa e outros (2000) e Almeida, Machado e Costa (2006).

A tipologia de classes ACM consiste, em termos operatórios, num indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base em duas variáveis principais, a “situação na profissão” e a “profissão”, esta última operacionalizada de acordo com a International Standard Classification of Occupations (ISCO).² Um indicador socioprofissional de classe não esgota, de maneira nenhuma, todo o conteúdo do conceito de classe, devendo ser complementado com outras fontes informativas e com outras vertentes de análise (Costa, 1999). Mas nem por isso deixa de ser um instrumento analítico de grande utilidade, reconhecido como tal mesmo por sociólogos bastante críticos das limitações do que chamam, de forma um tanto redutora, “agregados de emprego” (*employment aggregates*) (Crompton, 1998).

Na sua versão principal, a tipologia ACM inclui cinco categorias socioprofissionais, precisamente as utilizadas na análise desenvolvida nos pontos seguintes. Mas pode ser decomposta ou agregada em outras versões, consoante os objectos de estudo, as fontes informativas disponíveis, as unidades de análise (indivíduo ou agregado familiar), a abrangência (só activos ou também outros componentes da população) e a consideração de situações de pluriactividade.³

A tipologia ACM pode ser comparada com outras, correntes neste tipo de análises. As mais conhecidas são: a tipologia G (Goldthorpe), também conhecida por EGP (Erikson-Goldthorpe-Portocarrero) (Erikson e Goldthorpe, 1993), de que a ESeC, um protótipo proposto por Rose e Harrison (2007) de uma *european socio-economic classification*, constitui uma nova versão; a tipologia W (Wright, 1997); a tipologia E-A (Esping-Andersen, 1993); e a tipologia francesa CPS (*catégories socioprofessionnelles*) e depois PCS (*professions et catégories socioprofessionnelles*) (Desrosières e Thévenot, 1988).

Algumas das vantagens comparativas da tipologia ACM são as seguintes: a) dá tradução operatória a um conjunto alargado de dimensões teóricas centrais nas análises de classes; b) é sensível a uma grande variedade de situações empíricas encontradas nas sociedades actuais; c) é muito compacta, apesar das duas propriedades anteriores, o que facilita os tratamentos estatísticos e propicia análises sociológicas integradoras; d) é compatível tanto com fontes estatísticas oficiais como com operações de recolha de informação na investigação sociológica; e) permite múltiplas desagregações e agregações, consoante os objectos de estudo e as disponibilidades informativas; f) usa uma terminologia facilmente reconhecível na actualidade, procurando evitar conotações anacrónicas.⁴

2 A variável “situação na profissão” é decomposta em três categorias principais, como nos indicadores estatísticos institucionais habituais: empregador, trabalhador por conta própria e trabalhador por conta de outrem. Outras categorias específicas podem ser também tomadas em conta, consoante a pertinência analítica respectiva para o objecto de estudo em causa e a informação de base disponível. Para mais pormenores de operacionalização ver Costa (1999) e Machado e outros (2003).

3 Na bibliografia referida na nota 1 encontram-se outras versões da tipologia.

4 Não é possível desenvolver mais aqui os argumentos sobre as vantagens comparativas

Agregados transnacionais de classes

Recorrendo à tipologia ACM e aos dados do European Social Survey (ESS) de 2004 (*round 2*), envolvendo 22 países, é possível não apenas caracterizar a composição de classe de cada país mas, para além disso, avançar na pesquisa de estruturas de classe transnacionais.⁵

O quadro 1.1 condensa, de maneira integrada, os resultados de vários passos da análise. Ao nível mais desagregado, são apresentados os resultados relativos à estrutura de lugares de classe (operacionalizados através do indicador socioprofissional) de cada um dos países. Por outro lado, ao nível mais agregado, figura a composição de classe do universo europeu objecto de investigação, tomado como um todo.

Mais interessante, contudo, é procurar afinidades de composição de classe entre conjuntos específicos de países. Isso conseguiu-se através de uma *análise de clusters*. O quadro mostra quais os agregados transnacionais encontrados. E mostra, ainda, qual é a estrutura de lugares de classe de cada *cluster* ou agregado transnacional.⁶

O *cluster 1* constitui o conjunto maioritário, de certo modo o padrão europeu em termos de estrutura social. Engloba os países nórdicos e vários outros do Oeste e Centro europeu. A Espanha pertence já a este conjunto. Nele tornaram-se maioritários os profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), isto é, os assalariados com qualificações de nível médio ou superior e/ou com posições de autoridade hierárquica nas organizações também de nível médio ou superior, protagonistas centrais das dinâmicas da sociedade do conhecimento.

O *cluster 2* distingue-se do anterior por a respectiva estrutura de lugares de classe evidenciar um peso relativo menor de PTE, a par de uma proporção bastante mais elevada de empregados executantes (EE), empregados de actividades de rotina nas actividades administrativas, do comércio e dos serviços. O peso relativo dos operários (O) é ainda menor do que no agregado anterior. São sociedades altamente terciarizadas. Incluem os países insulares do Atlântico Norte (Reino Unido, Irlanda e Islândia) e também a Áustria.

Em certo sentido, passa-se o contrário com o *cluster 3*. Nele o peso relativo dos O é claramente o mais elevado. Tanto este aspecto como a proporção

da tipologia ACM. Alguns desses argumentos podem ser encontrados em Costa (1999), Costa e outros (2000), Machado e outros (2003).

5 O European Social Survey é uma operação de inquérito, conduzida periodicamente junto de amostras representativas da população de cada um dos países, através da aplicação de questionários que contêm um módulo de caracterização social e vários módulos respeitantes a valores e representações, uns fixos e outros rotativos.

6 Utilizou-se uma análise de *clusters* hierárquica, tendo-se seleccionado, após verificação da sua interpretabilidade sociológica, a partição mais desagregada antes do surgimento de casos isolados. A análise de dados foi realizada por Rui Brites, a quem os autores deixam expresso o seu agradecimento pela colaboração generosa e competente.

Quadro 1.1 Estruturas transnacionais de classes, 2004

Países e clusters	(percentagens)						
	Lugares de classe						
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	Trabalhadores independentes (TI)	Empregados (EE)	Operários (O)	Total	
Noruega	13,3	30,5	4,9	32,7	18,7	100,0	
Dinamarca	14,4	30,7	2,7	32,9	19,2	100,0	
Suécia	10,8	31,2	4,1	33,9	20,1	100,0	
Suíça	16,7	31,6	4,7	29,4	17,6	100,0	
Luxemburgo	12,3	29,5	1,9	31,8	24,4	100,0	
Holanda	16,7	37,2	2,8	30,0	13,4	100,0	
Alemanha	16,6	29,4	3,2	26,6	24,1	100,0	
Bélgica	19,0	27,7	2,6	25,8	24,9	100,0	
Finlândia	13,4	25,3	7,3	29,6	24,4	100,0	
Espanha	11,9	27,2	8,2	25,9	26,8	100,0	
Cluster 1	14,5	30,0	4,2	29,9	21,4	100,0	
Islândia	15,8	24,5	5,9	37,4	16,4	100,0	
Reino Unido	18,5	19,7	5,6	38,9	17,2	100,0	
Irlanda	14,5	20,8	6,2	35,8	22,7	100,0	
Áustria	8,5	23,7	5,1	45,2	17,4	100,0	
Cluster 2	14,3	22,2	5,7	39,3	18,4	100,0	
Rep. Checa	9,2	24,7	3,0	29,1	34,1	100,0	
Eslovénia	9,6	26,4	3,7	29,6	30,7	100,0	
Eslováquia	12,3	22,6	3,9	25,8	35,3	100,0	
Estónia	11,9	23,8	2,0	24,4	38,0	100,0	
Ucrânia	10,7	24,5	1,0	22,4	41,4	100,0	
Cluster 3	10,7	24,4	2,7	26,3	35,9	100,0	
Polónia	12,3	15,5	13,2	25,5	33,5	100,0	
Portugal	11,7	14,1	7,8	35,5	31,0	100,0	
Grécia	13,0	9,4	24,2	31,9	21,4	100,0	
Cluster 4	12,3	13,0	15,1	31,0	28,6	100,0	
Total	13,3	25,0	5,7	30,8	25,2	100,0	

Fonte: ESS (round 2), 2004.

também elevada de PTE terão a ver com a história específica destes países, todos eles em transição pós-comunista, em cuja estrutura social continuarão a sentir-se marcas da grande indústria e da escolarização alargada.

Por último, o *cluster 4* destaca-se pela presença ainda elevada de trabalhadores independentes (TI), em grande parte da agricultura, e pela fracção ainda comparativamente reduzida de quadros e técnicos de nível médio ou superior (PTE). Agregam-se aqui dois países do Sul da Europa (Portugal e Grécia) com a Polónia, provavelmente o mais marcado pela actividade agrícola de entre os antigos países de regime comunista incluídos nesta ronda do ESS.

Descendo para o nível de análise nacional, e comparando países dentro deste último *cluster*, é possível ver, por exemplo, que o peso dos TI em Portugal é menor, ou que na Grécia é menor o peso dos PTE. Comparações semelhantes podem ser feitas dentro dos outros agregados. Isso não retira a pertinência à análise empreendida a nível transnacional nem diminui o significado sociológico das estruturas transnacionais de classes concretamente encontradas. Apenas corrobora o que se dizia de início acerca da necessidade de se proceder, hoje em dia, a análises de classes que conjuguem o nível nacional com o nível transnacional.

Os agregados transnacionais de classes abrem uma janela analítica própria sobre as estruturas sociais, os processos de mudança estrutural, os seus factores subjacentes e os seus efeitos, tal como estão a ocorrer na sociedade contemporânea; nomeadamente, como é o caso da ilustração aqui apresentada, no espaço europeu.

Recursos educativos das classes

Uma coisa são os *lugares de classe*, outra as *classes de agentes*. Ou melhor, uma perspectiva sociológica aprofundada torna necessário distinguir analiticamente estas duas dimensões (Costa e outros, 2000). Não são, evidentemente, duas realidades sociais independentes entre si. Mas também não são dimensões redutíveis uma à outra, ao contrário do que concepções excessivamente fusionais ou conflacionistas das relações entre estrutura e agência deram a entender.⁷

Indo directo ao essencial, embora correndo o risco de alguma simplificação, os lugares de classe são estruturados predominantemente por processos económicos, enquanto as classes de agentes, pelo seu lado, são formadas fundamentalmente através de processos de socialização.

Claro que em ambas as dimensões intervêm ainda os processos de acção colectiva, assumida ela mais a forma de acção institucional ou de movimento social. Mas a acção colectiva, num sentido não trivial, é algo que actua sempre sobre um fundo social pré-constituído, neste caso pré-constituído de maneira

7 Críticas teóricas relevantes a essas concepções podem encontrar-se, nomeadamente, em Mouzelis (1995) e Archer (1995). A questão é também retomada em Costa (1999) e Pires (1999 e 2007).

Quadro 1.2 Perfis educativos das classes na Europa, 2004

(médias de anos de escolaridade)

Países e clusters	Lugares de classe					Total
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	Trabalhadores independentes (TI)	Empregados (EE)	Operários (O)	
Noruega	14,2	15,8	10,7	11,9	11,4	13,3
Dinamarca	14,7	15,5	12,3	12,0	11,6	13,4
Suécia	12,7	14,5	10,3	11,2	10,5	12,2
Suíça	11,6	12,0	9,4	9,8	9,4	10,7
Luxemburgo	13,9	14,3	10,6	10,2	9,5	11,7
Holanda	13,9	13,9	10,9	10,9	10,5	12,5
Alemanha	14,6	14,8	11,9	11,9	11,5	13,1
Bélgica	13,7	14,6	11,1	11,4	10,6	12,5
Finlândia	13,8	15,6	9,6	11,7	10,0	12,4
Espanha	13,3	15,4	8,0	11,2	8,8	11,7
Cluster 1	13,7	14,6	10,1	11,2	10,4	12,4
Islândia	13,5	15,8	10,4	12,2	11,7	13,1
Reino Unido	13,3	14,5	11,7	11,6	10,7	12,3
Irlanda	14,0	15,2	10,8	12,4	11,1	12,8
Áustria	13,6	14,0	10,7	11,6	10,7	12,1
Cluster 2	13,6	14,7	11,0	11,9	10,9	12,5
Rep. Checa	14,1	14,0	12,0	11,8	11,2	12,4
Eslovénia	11,4	11,4	12,6	11,7	11,6	11,6
Eslováquia	13,9	14,1	11,5	11,3	11,1	12,2
Estónia	14,4	14,8	12,6	11,1	10,4	12,1
Ucrânia	13,5	13,5	12,2	10,9	9,7	11,3
Cluster 3	13,7	13,7	12,1	11,4	10,6	12,0
Polónia	13,7	14,9	9,9	11,4	10,4	11,7
Portugal	7,8	13,9	5,0	7,4	5,0	7,4
Grécia	11,8	15,7	7,1	11,2	8,9	10,2
Cluster 4	11,2	14,8	7,5	9,9	8,1	9,8
Total	13,3	14,4	9,5	11,2	10,2	11,9

Fonte: ESS (round 2), 2004.

continuada precisamente pelos processos económicos e pelos processos de socialização.

Na mesma ordem de ideias, mas especificando um pouco mais, pode dizer-se que os lugares de classe são estruturados predominantemente, em termos imediatos, pelas oportunidades de trabalho. Estas, por sua vez, decorrem de processos complexos, envolvendo as dinâmicas dos mercados e das tecnologias, os modelos de organização e gestão, as estratégias empresariais e um conjunto de políticas estatais.

Já a formação das classes de agentes remete para instâncias e dinâmicas bastante distintas, em especial, como se referiu, para as instâncias e processos de socialização. O ponto fundamental que importa aqui sublinhar é que, em contexto da sociedade de conhecimento, os processos de socialização tendem a focar-se de maneira decisiva na escolarização. Ganham particular centralidade e importância, neste contexto, a aquisição de conhecimentos implicando níveis elevados de codificação e formalização, a aquisição de competências de utilização desses conhecimentos e a obtenção de certificações que reconheçam, explicitem e legitimem formalmente essas aquisições.

Uma das razões para o desenvolvimento actual de processos de padronização internacional de certificações consiste, justamente, na confluência entre uma dinâmica de qualificações crescentes (sociedade do conhecimento) e uma dinâmica de mobilidade potencial também crescente (globalização). Essa confluência gera o apelo a mecanismos que permitam que conhecimentos e competências possam ser reconhecidos com relativa rapidez e segurança para além dos círculos de interconhecimento próximo.

Apesar dessas convergências tendenciais, porém, o preenchimento dos lugares de classe pelas classes de agentes não conduz sempre e em todo o lado aos mesmos perfis educativos das classes sociais. O quadro 1.2 torna isso bem evidente.⁸

Como se pode observar, e como seria de esperar, os ocupantes dos lugares de classe de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), e logo a seguir de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), são os que possuem recursos educativos mais elevados.

Em contrapartida, os lugares de classe de trabalhadores independentes (TI), empregados executantes (EE) e operários (O) tendem a ser preenchidos por classes de agentes com recursos escolares claramente menores. O que não é o mesmo que dizer que, na Europa actual, os membros destas classes sociais sejam desprovidos de recursos escolares. Bem pelo contrário, as suas qualificações escolares tornaram-se hoje bastante apreciáveis.

8 O indicador aqui usado é o número de anos de escolaridade. É um indicador bastante simples, mas tem a vantagem de a sua medição ser fiável e comparável. Outros indicadores de recursos escolares poderiam conduzir a análises mais finas e mais aprofundadas, mas o ESS por enquanto não permite recorrer a eles de maneira suficientemente segura.

Poder-se-ia ainda proceder a uma análise comparativa dos diversos países individualmente considerados, o que revelaria aspectos adicionais também muito esclarecedores. O quadro 1.2 permite fazê-lo.

Mas nesta ocasião importa sobretudo ilustrar as potencialidades sociológicas trazidas pela utilização de outras unidades de análise, os agregados transnacionais de classes, identificados não de maneira apriorística ou indirecta mas como resultado de investigação directamente focada sobre as estruturas de classes. Vejamos apenas dois exemplos mais salientes.

No *cluster 3* verifica-se que os PTE — que, como se constatou no ponto anterior, têm peso relativo importante na estrutura de classes deste *cluster* — evidenciam no entanto um nível de recursos educativos um tanto mais baixo do que nos outros agregados transnacionais de classes.

No *cluster 4*, em que se inclui Portugal, os O, EE e TI têm recursos educativos em média muito inferiores aos dos seus equivalentes estruturais nos outros *clusters*. Não transportam consigo, comparativamente com os seus pares, o mesmo nível de conhecimentos formalizados, competências correlativas e certificações correspondentes, o que, num contexto de sociedade de conhecimento e de globalização, os coloca numa situação particularmente desfavorecida e ameaçada. O mesmo não se passa com os PTE, que detêm um nível de recursos educativos idêntico ao que se verifica nos outros *clusters*. Aparentemente, esta classe de agentes inseriu-se já muito mais numa dinâmica de sociedade de conhecimento e globalização do que as outras classes de agentes deste *cluster*.

Apesar das transformações pelas quais tem passado a sociedade portuguesa neste contexto de globalização e sociedade do conhecimento, que são efectivamente muito significativas, os dualismos que lhe foram apon-tados em diversas obras sociológicas de referência ao longo das décadas passadas, ou a “modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998) que a tem caracterizado, constituem um traço estrutural persistente. Verifica-se agora que esta mesma lógica estrutural é partilhada actualmente por um espaço europeu transnacional mais vasto, mas não contíguo. Neste caso envolve também a Grécia e a Polónia, mas já não se prolonga tanto em contiguidade à Espanha.

As pessoas que, em Portugal e nos outros países do *cluster 4*, ocupam os lugares de classe de assalariados de base e de trabalhadores independentes possuem em média bastante menos recursos educativos do que os seus congêneres dos outros *clusters* europeus. O conteúdo cognitivo que estas classes de agentes transportam para as actividades profissionais que desenvolvem não é o mesmo dos seus equivalentes estruturais a nível europeu.

Assim, neste *cluster* não só a *proporção de actividades mais qualificadas é menor* (limitação estrutural do lugar de classe de PTE) como o *nível de qualificação aplicado às mesmas actividades é menos elevado* (nomeadamente nas classes de agentes assalariados de base ou trabalhadores independentes).

Este último aspecto poucas vezes tem sido identificado ou tido em consideração, mas as suas consequências não são menos importantes do que as do primeiro. Com efeito, do ponto de vista pessoal, as oportunidades não são equivalentes às dos membros das mesmas classes a nível europeu. Empregabilidade, mobilidade, remuneração e outros aspectos fundamentais das condições sociais de existência encontram-se estruturalmente afectados. Por outro lado, do ponto de vista societal, os níveis de qualidade e produtividade conseguidos em diversos domínios de actividade (empresas, administração pública, serviços sociais, associações) nos países do *cluster 4* encontram-se também estruturalmente afectados em comparação com os dos outros agregados transnacionais.

Em suma, às desigualdades estruturais entre classes somam-se as desigualdades estruturais entre contextos sociais caracterizados tanto em termos dos perfis de lugares de classe como em termos da formação (nomeadamente, da qualificação) das classes de agentes. Estas desigualdades repercutem-se, por sua vez, quer a nível das oportunidades pessoais, quer a nível das potencialidades societais.

Uma anotação adicional: sem se desenvolver aqui com exaustividade o nível de análise nacional, não se pode deixar de chamar a atenção para a baixa qualificação escolar da maior parte das categorias sociais em Portugal, mesmo em comparação apenas com os outros países do mesmo *cluster* (quadro 1.2). Se nos PTE a diferença não é particularmente relevante, o mesmo já não se pode dizer dos trabalhadores de base assalariados e independentes, sendo por outro lado também muito notoriamente inferiores os níveis de escolaridade dos EDL portugueses. Isso acontece devido ao peso que nesta categoria têm os pequenos e médios empresários e às baixas qualificações escolares que a generalidade destes apresenta tradicionalmente no país, traço estrutural que também tem tido consequências muito significativas, nomeadamente nas dificuldades de modernização do tecido económico nacional em contexto de transição para a sociedade do conhecimento.

Conclusão

A análise sociológica das estruturas sociais no espaço europeu actual, realizada com base nos resultados do European Social Survey, mostra uma composição social em que as classes assalariadas de base, operários e empregados executantes, constituem cerca de 56% da população activa, os trabalhadores independentes não chegam a atingir os 6%, a classe média assalariada (quadros e técnicos) representa um quarto da população (25%) e a outra classe com mais recursos, na heterogeneidade dos seus segmentos (empresários, dirigentes e profissionais liberais), ronda os 13%.

Os EE e O, apesar de partilharem a condição de assalariados de base e terem múltiplos laços entre si nas relações pessoais e na vida quotidiana, têm

características estruturais muito distintas. Exemplos dessas diferenças encontram-se nos respectivos conteúdos e contextos de trabalho, no peso ganho pelos EE na estrutura social durante as últimas décadas enquanto o dos O diminuía, ou ainda no facto de os lugares de classe de EE serem ocupados em grande parte por mulheres enquanto os de O continuam a sê-lo maioritariamente por homens.

De salientar, ainda, que os PTE têm vindo a adquirir presença crescente na estrutura social, o que é particularmente significativo do ponto de vista da análise das estruturas sociais num contexto de sociedade do conhecimento. Igualmente muito relevante, em sede de importância crescente do conhecimento nas nossas sociedades, é a verificação dos níveis consideráveis de recursos educacionais conseguidos pelas diversas classes de agentes que ocupam hoje a estrutura social europeia.

Mas esta caracterização de conjunto, com a pertinência analítica própria que possui, poderia correr o risco de não representar muito mais do que uma operação algébrica, um somatório de dados nacionais reconduzido a uma média abstracta, sem grande significado sociológico. Por sua vez, a análise país a país, e as comparações internacionais feitas um a um, sendo certamente úteis, são também insuficientes. O risco, desta feita, é o de não dar conta de processos de estruturação social a nível transnacional, que tudo indica estarem efectivamente a acontecer.

Pode a análise de classes dotar-se de procedimentos que contribuam para o avanço do conhecimento sociológico dessas estruturas transnacionais, e dos processos de mudança pelos quais elas estão a passar, com a importância que essas estruturas e esses processos têm no contexto contemporâneo de globalização? O trabalho sociológico aqui apresentado dá indicações positivas a este respeito, nomeadamente através da elaboração do conceito de *agregados transnacionais de classes* e dos resultados de investigação obtidos a esse respeito relativamente ao espaço europeu.

Por outro lado, pode a sociologia das classes dar contributos elucidativos para a análise das estruturas sociais e dos processos de mudança social no contexto da sociedade do conhecimento? Também neste plano a resposta parece ser positiva. O conceito de *recursos educativos das classes* e os resultados analíticos substantivos a que se conseguiu chegar nesse domínio possibilitam também alguns avanços: clarificam as distinções e relações entre lugares de classe e classes de agentes; mostram que os agentes ocupantes dos mesmos lugares estruturais podem ter recursos educativos bastante desiguais em países ou agregados transnacionais diferentes (o que traz consigo um conjunto muito importante de consequências, apenas a floradas neste trabalho); evidenciam de um novo ângulo a importância crucial que a educação formal e os conhecimentos e competências certificados têm na sociedade do conhecimento.

As estruturas de classes têm vindo a sofrer transformações muito profundas com as dinâmicas contemporâneas de globalização e sociedade do

conhecimento (Giddens, 2007). Relativamente aos diversos aspectos desta mudança atrás examinados, ficou clara a importância de, mais do que contrapor os níveis nacional e transnacional como se fossem mutuamente exclusivos, desenvolver hoje análises sociológicas que os combinem.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, ICS-UL.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", em António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (2006), "Classes sociais e valores em contexto europeu", em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Archer, Margaret S. (1995), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Beck, Ulrich (2000), *What Is Globalization?*, Cambridge, Polity Press.
- Bell, Daniel (1973), *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova Iorque, Basic Books.
- Castells, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell.
- Chauvel, Louis (2004), "Le renouveau d'une société de classes", em Paul Bouffartigue (org.), *Le Retour des Classes Sociales*, Paris, La Dispute.
- Chauvel, Louis (2006), "La déstabilisation du système de positions sociales", em Hugues Lagrange (org.), *L'Épreuve des Inégalités*, Paris, PUF.
- Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005), *Por Uma Globalização Justa. Criar Oportunidades para Todos*, Lisboa, Celta Editora, ISCTE, OIT.
- Costa, António Firmino da (1987), "Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais", *Análise Social*, 98.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34.
- Crompton, Rosemary (1998), *Class and Stratification*, Cambridge, Polity Press.
- Desrosières, Alain, e Laurent Thévenot (1988), *Les Catégories Socioprofessionnelles*, Paris, Éditions La Découverte.
- Devine, Fiona, Mike Savage, John Scott e Rosemary Crompton (2005), *Rethinking Class. Culture, Identities and Lifestyle*, Houndmills, Palgrave.

- Drucker, Peter (1993), *Post-Capitalist Society*, Nova Iorque, Harper Collins.
- Erikson, Robert, e John H. Goldthorpe (1993), *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- Esping-Andersen, Gosta (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage Publications.
- Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class*, Nova Iorque, Basic Books.
- Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (2007), *Europe in the Global Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony, e Patrick Diamond (orgs.) (2005), *The New Egalitarianism*, Cambridge, Polity Press.
- Lyon, David (1988), *The Information Society. Issues and Illusions*, Cambridge, Polity Press.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998) "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66.
- Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological Theory. What Went Wrong?*, Londres, Routledge.
- Pahl, Ray (1989), "Is the emperor naked?", *International Journal of Urban and Regional Research*, 13 (4).
- Pires, Rui Pena (1999), "Uma teoria dos processos de integração", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30.
- Pires, Rui Pena (2007), "Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e estrutura", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53.
- Reich, Robert B. (1991), *The Work of Nations*, Nova Iorque, Random House.
- Robertson, Roland (1992), *Globalization. Social Theory and Global Culture*, Newbury Park, CA, Sage Publications.
- Rose, David, e Eric Harrison (2007), "The european socio-economic classification: a new social class schema for comparative european research", *European Societies*, 9 (3).
- Stehr, Nico (1994), *Knowledge Societies*, Londres, Sage Publications.
- Stiglitz, Joseph E. (2002), *Globalization and Its Discontents*, Nova Iorque, W.W. Norton.
- Stiglitz, Joseph E. (2006), *Making Globalization Work*, Nova Iorque, W.W. Norton.
- Touraine, Alain (1969), *La Société Post-Industrielle*, Paris, Denoel.
- Touraine, Alain (2005), *Un Nouveau Paradigme*, Paris, Fayard.
- Waters, Malcolm (1995), *Globalization*, Londres, Routledge.
- Wright, Erik O. (1997), *Class Counts. Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.